

## **Esquizoanálise e política: proposições para a Psicologia Crítica no Brasil**

**Schizoanalysis and Politics: Propositions for a Critical Psychology in Brazil**

*Domenico Uhng Hur*

**Universidade Federal de Goiás (Brasil)**

**Resumo.** A Esquizoanálise foi criada pelo filósofo Gilles Deleuze e pelo psicanalista-militante Félix Guattari após os acontecimentos de 68 de Paris, sendo considerada por muitos pensadores como a expressão teórica da crítica e criatividade desse acontecimento social. Começou a influenciar a psicologia brasileira nos campos da saúde mental e da Psicologia Clínica, portando crítica radical às práticas e políticas instituídas. Atualmente tal influência cresceu em diversos campos, como saúde pública, política, artes, intervenção clínica e social, sexualidade, movimentos sociais, guerrilha, etc. Consideramos que tal produção constitui uma modalidade de Psicologia Crítica no país, embora ainda marginal, outsider e em consolidação. Portanto, o objetivo do artigo é discutir uma Psicologia crítica de enfoque esquizoanalítico apresentando diferentes conceitos e formas de pensar os fenômenos psicossociais e políticos.

**Palavras-chaves:** esquizoanálise; esquizodrama; psicologia política; psicologia crítica; política.

**Abstract.** Schizoanalysis was created by the philosopher Gilles Deleuze and the psychoanalyst-militant Félix Guattari after the movements of Paris in 68, being considered by many intellectuals as the theoretical expression of the criticism and creativity of this social event. Started to influence the brazilian psychology in the mental health and clinical psychology, carrying a radical criticism to the instituted practices and policies. Currently this influence has increased in many fields, as public health, politics, arts, social and clinical intervention, sexuality, social movements, guerrilla warfare, etc. We stated that this production generated a kind of Critical Psychology in the country, though still marginal, outsider and in constitution. Thus our aim in this paper is to discuss a Critical Psychology from schizoanalytic focus, presenting different concepts and forms of thinking political and psychosocial phenomena.

**Keywords:** schizoanalysis; schizodrama; political psychology; critical psychology; politics.

A Psicologia no Brasil é uma área de conhecimento marcada pela heterogeneidade e fragmentação, em que temos diversas correntes teóricas com diferentes abordagens, metodologias e posicionamentos políticos, desde o tradicional conservadorismo da área até posturas transformadoras e críticas. Consideramos que essa heterogeneidade teórica, além de uma problemática epistemológica, venha em grande parte pela situação de país academicamente colonizado, em que não foi apenas espoliado e dominado no âmbito econômico e político por cinco séculos, como o próprio pensamento acadêmico foi formado através da implantação de modelos instituídos dos Estados Unidos e da Europa, tendo destaque França e Inglaterra.

Dessa forma nos deparamos com uma situação ambígua, temos acesso a uma pluralidade de correntes de pensamento, mas devido ao nosso esforço de “apenas” compreendê-las, apresentamos dificuldades em produzir algo próprio, singular: uma Psicologia Crítica brasileira. Em grande parte, nossa produção acadêmica contenta-se em comentar obras e trabalhos de pensadores da Europa e dos Estados Unidos. Não que aqui faltem grandes acadêmicos, mas pensadores de potência e criativos como Paulo Freire (1967) e sua *Pedagogia da Libertação* têm menos visibilidade que os pensadores do hemisfério norte, ou seja, ainda mantemos um subdesenvolvimento acadêmico, uma subjetividade do colonizado, em que preferimos os modelos estrangeiros aos desenvolvidos aqui.

Não é de se estranhar então que a Psicologia no Brasil, hegemonicamente foi uma área de conhecimento a serviço dos grupos sociais dominantes, dos colonizados que colonizaram seus pares e mantiveram a dominação de uns sobre outros. Antes da disciplina Psicologia ser oficialmente fundada no país, os conhecimentos psicológicos, que ainda não eram dotados de cientificidade, além de retratarem a subjetividade dominante, contribuíram na catequização e doutrinação da população autóctone, os índios, pelos jesuítas portugueses (Pessotti, 1988). No século XIX, com a constituição das primeiras universidades, os conhecimentos psicológicos centraram-se na normalização e adaptação social, inclusive justificando ações políticas repressivas do Estado. Podemos citar o exemplo do famoso médico brasileiro Nina Rodrigues (1937) que qualificou o movimento social de Canudos, uma comunidade que se organizou autonomamente ao Estado na região Nordeste do Brasil, como um movimento resultante de uma liderança com sérios desequilíbrios psicológicos, desqualificando assim o seu potencial político e comunitário (Macedo; Maestri, 2004). Tal posição, “científica”, serviu para legitimar o extermínio perpetrado pelas forças repressivas do Estado sobre a comunidade de Canudos, inclusive assassinando mulheres, crianças e velhos. No século XX, com a criação dos cursos de Psicologia, em 1957, e a regulamentação da profissão do psicólogo, a Psicologia brasileira manteve-se elitista e assumiu a matriz cientificista e positivista importada dos Estados Unidos com fortes traços normalizadores e adaptativos; por exemplo, uma das funções privativas do psicólogo, expressa na Lei que regulamenta a profissão, Lei 4119, alínea d do artigo 13 (Brasil, 1962), é a de “solucionar problemas de ajustamento”.

Carvalho e Dunker (2006) localizam no período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, o surgimento de uma Psicologia Crítica no Brasil. Consideramos imprecisa tal afirmação, pois consideramos que as perspectivas de Psicologia Crítica surgiram no Brasil apenas no final desse período de extrema violência de Estado, no período de transição à

democracia, quando os movimentos sociais ressurgem no cenário nacional (Sader, 1988), ou seja, no final da década de 1970 e na década de 1980.

Nesse período, surgem a Psicologia Social Comunitária (Montero, 2004), a Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 1998) e a Psicologia sócio-histórica (Lane; Codo, 1986), com forte influência marxista e que se tornaram significativas expressões de enfoques críticos na Psicologia Social brasileira. Em nosso artigo, não iremos trabalhá-las, visto que outros colegas estão realizando essa tarefa, então nosso objetivo é discutir outro enfoque crítico que influencia a Psicologia brasileira: a Esquizoanálise, enquanto campo de saberes que fomenta a constituição de uma modalidade de Psicologia Crítica. Dessa forma levantamos algumas questões: qual é a especificidade desse campo? Qual é a concepção de política e que crítica social esse enfoque traz? Qual é a produção a partir dessa perspectiva na Psicologia do país?

Compreendemos que a Esquizoanálise fomentou uma modalidade de Psicologia Crítica no país, contudo ainda marginal, *outsider* e em composição. Dessa forma nossos objetivos nesse artigo são o de apresentar e discutir esse campo em constituição no Brasil: a Psicologia Crítica de enfoque esquizoanalítico. Buscamos apresentar diferentes conceitos e concepções que nos instrumentalizam na realização de novas análises dos fenômenos políticos e sociais. Portanto, organizamos nosso texto em três tópicos: primeiro, as concepções esquizoanalíticas em relação aos fenômenos políticos e uma crítica social; segundo, o desenvolvimento dessa perspectiva na Psicologia brasileira, em que citamos algumas obras concernentes a uma Psicologia Crítica de enfoque esquizoanalítico e; terceiro, um exemplo de uma pesquisa a partir dessa perspectiva. Pretendemos nesse artigo realizar breve apresentação e reflexão, sem pretensão de esgotar o tema, pois temos clareza de que tratamos de um montante de assuntos que merecem uma discussão maior e mais cuidadosa.

### **Esquizoanálise e política**

A Esquizoanálise é um campo de saberes criado pelo filósofo Gilles Deleuze e pelo psicanalista-militante Félix Guattari após as movimentações do maio de 1968 francês e foi considerada por Antonio Negri (1995) como a expressão teórica da insurgência desse acontecimento social. Com sua análise micropolítica dos agenciamentos, das relações desejantes e de poder, a Esquizoanálise propõe uma leitura das relações políticas, sociais, institucionais e clínicas não mais na relação entre família e neurose, como trabalhado na psicanálise, mas sim na relação entre Capitalismo e Esquizofrenia, em que temos uma gama ampla de outros conceitos, concepções e práticas, que transcendem o freudo-marxismo. Dessa nova relação desdobra-se uma nova concepção sobre o inconsciente, enquanto usina intensiva e não como teatro representativo, o desejo, como produção e não como falta, conceitos novos como a micropolítica, o rizoma, o corpo sem órgãos, a máquina de guerra, o aparelho de captura, a transversalidade, as linhas molares, moleculares e de fuga, etc., e um novo paradigma: o ético-estético-político.

A política é um dos principais temas na produção esquizoanalítica, vastamente explorada por Deleuze e Guattari e por seus sucessores. No entanto, divergindo das tradicionais e clássicas análises sociológicas pautadas no marxismo, na Esquizoanálise é desenvolvida outra perspectiva, que busca apreender o político inter-relacionado aos

fenômenos psíquicos. Para tanto, Guattari elabora a noção de micropolítica, que não se refere ao político num âmbito reduzido, ou micro, e sim à análise dos agenciamentos desejanter no campo social, seja nos grandes ou pequenos conjuntos<sup>1</sup>. Portanto, trabalhar em termos de micropolítica é provocar o encontro entre desejo e campo social, ou seja, entre Psicologia e política. A partir desse enfoque, entendemos por política as relações de forças e desejanter que se estabelecem em diferentes esferas do campo social, que atuam na configuração de poderes instituída e resultam na gestão da vida e na produção de subjetividades, podendo ter distintos graus de organização.

Com esse olhar realiza-se uma grande crítica às formas de vida estratificadas, aos conjuntos sociais instituídos, às práticas políticas burocratizadas dos partidos e dos sindicatos, à castração, repressão e sobrecodificação do desejo. Tais fenômenos criticados podem corresponder, do ponto de vista do sujeito psicológico, a um funcionamento de uma estrutura psíquica conservadora, situada em seu pólo paranóico (Deleuze; Guattari, 1972), que se caracteriza por uma estereotípia dos processos psicossociais e um anseio pela fixação e manutenção do poder, expressando uma espécie de investimento autocrático.

Dessa forma, na crítica social e política de Deleuze e Guattari prescinde-se das costumeiras análises da esquerda política tradicional, que atribuem ao partido a função de aparelho privilegiado da revolução que fomentaria a transformação social, ao optar-se por revoluções moleculares em todas as esferas do cotidiano, com a denúncia dos investimentos autocráticos e fascistas que segmentos da esquerda política, e logicamente da direita, podem atuar. Nesses casos, Deleuze e Guattari (1972) compreendem que há uma dissociação entre discurso consciente e investimento libidinal, afirmando que o aparelho de interesse, que corresponde às funções pré-conscientes, distingue-se claramente da máquina do desejo, que corresponde às funções inconscientes. Tal afirmação expressa a idéia de que não importa apenas o interesse político explícito do sujeito, pois tal interesse pode mascarar seus desejos inconscientes. Por exemplo, o sujeito que tem um discurso emancipatório, revolucionário e um interesse de destruir a estrutura do Estado tal como está constituído, não necessariamente tem seu interesse ligado a uma máquina inconsciente revolucionária e desejanter, pois pode estar diretamente ligado a estruturas psíquicas fascistas, dominantes e capturantes. Isso pode ser visto claramente em alguns militantes políticos, que por ocasião de situar-se na oposição adotam críticas ácidas ao atual regime, pautados em discursos revolucionários, solidários e horizontalizados, porém ao tornar-se situação, ao tomar o poder, reproduzem a mesma lógica verticalizada e hierárquica que tanto criticavam, reproduzindo as mesmas práticas de dominação e exclusão, denotando assim um funcionamento psíquico no pólo paranóico, de caráter conservador e fascista, em detrimento ao que Deleuze e Guattari chamam de pólo esquizóide e revolucionário. Por exemplo; Stalin com sua máquina totalitária homogeneizou condutas, destruiu a memória e aniquilou milhares de pessoas que poderiam constituir qualquer tipo de “oposição” (Arendt, 1989). A partir das considerações de Deleuze e Guattari (1972, 1980) podemos afirmar que esse pólo paranóico de dominação é o agenciamento comum do Aparelho de captura do Estado, em que há o rechaço às diferenças e pretende-se acabar com qualquer forma de oposição, seja a partir da integração ou da destruição. Então nesse agenciamento não se percebe tanta diferença entre a esquerda e a direita política quando ocupam o poder, porque a estrutura psíquica comumente adotada refere-se ao investimento no pólo paranóico-

---

<sup>1</sup> Guattari, por influência de seus estudos em Farmácia, nomeia esses conjuntos como molares e moleculares.

fascista. Portanto os discursos defendidos e ideais proferidos pela esquerda podem entrar em contradição com o investimento desejante e revolucionário, servindo apenas como ferramenta para conseguir atingir e manter o poder.

Tendo em vista essa crítica à fixação nas estruturas de poder, e o correlato funcionamento psíquico, que não está presente apenas na política, mas em uma série de instituições sociais, como na empresa, na escola, na família, no casal, etc., Deleuze e Guattari (1972) estipulam três tarefas críticas para a Esquizoanálise, que visam a desterritorialização desse agenciamento; a primeira, negativa, e as outras duas, positivas. A primeira tarefa consiste em raspar as estruturas coercitivas e edipianas, os estratos que bloqueiam o desejo e mantêm os coletivos submetidos a determinadas normas. A segunda tarefa é a de captar o funcionamento das máquinas de quaisquer naturezas, como por exemplo, as sociais e as psíquicas, enquanto a terceira, também positiva, é a de conectar os investimentos libidinais às máquinas sociais. Tais tarefas expressam um caráter crítico às estruturas instituídas, defendendo o movimento, os fluxos, a diferença, em contraposição às estruturas e à estática. Tal concepção está presente em toda obra filosófica de Deleuze, então nela veremos uma grande ênfase nos fluxos e nas multiplicidades (Deleuze, 1965), aproximando-se assim mais de uma política direta, da autogestão, ao invés dos tradicionais modelos de uma política institucionalizada, que funcionam na primazia da representação. Portanto, grande parte dos trabalhos de uma Psicologia Crítica de enfoque esquizoanalítico desenvolvidos no Brasil partilham dessa concepção crítica em relação aos aspectos instituídos das estruturas sociais e defendem o fomento da auto-análise, da autogestão generalizada e dos processos de desterritorialização nos coletivos sociais.

Devido a esse caráter que privilegia as multiplicidades, os processos de desterritorialização e por outra leitura do Capitalismo, a Esquizoanálise, por mais que tenha uma influência direta do marxismo, deixa de trabalhar com algumas noções centrais como as de conflito de classes sociais, ideologia e dialética. Abaixo apresentamos brevemente algumas diferenciações em relação ao marxismo tradicional.

Deleuze e Guattari (1972) defendem que na axiomática do capital inexistente a luta de classes sociais como motor da história, há atualmente a constituição de apenas uma classe universal: a burguesia. Os autores partem da concepção de que inexistente a tradicional dicotomia totalizada que marcou inúmeras análises marxistas nos séculos XIX e XX, pois a classe dominante já não se diferencia tanto da classe dominada, não há fronteiras claras de diferenciação entre uma classe e outra, portanto a luta de classes não é mais o processo determinante da história, e sim os processos capitalísticos. Deleuze e Guattari consideram que o axioma do capital sobrecodificou todos os processos políticos, sociais e psíquicos, descodificando instituições, valores, antigas lutas e ideais e agenciando todos nessa mentalidade. Dessa forma, em todos os estratos sociais, desde o operário até o rico empresário, mesmo com suas diferenças materiais e financeiras, todos terão o mesmo objetivo; trabalhar em prol da reprodução do Capital. Portanto, nesse agenciamento econômico-político-social-psíquico, em que a burguesia é considerada como a classe universal, não há mais senhor, todos se tornam tão servos e prisioneiros desse axioma, em que a luta de classes perde a primazia para a luta pelo acúmulo de capital.

O campo de imanência burguês, tal como ele é definido pela conjunção dos fluxos descodificados, a negação de toda transcendência ou limite exterior, a efusão da antiprodução na própria produção, instaura uma escravidão

incomparável, uma sujeição sem precedentes: não há mais nem mesmo senhor, apenas agora escravos comandam os escravos, não há mais necessidade de carregar o animal do exterior, ele mesmo se carrega. Não que o homem seja jamais o escravo da máquina técnica; mas escravo da máquina social, o burguês dá o exemplo, ele absorve a mais-valia para fins que, no seu conjunto, não têm nada a ver com seu gozo: mais escravo que o último dos escravos, primeiro servente da máquina esfomeada, animal de reprodução de capital, interiorização da dívida infinita. Eu também, eu sou escravo, estas são as palavras novas do senhor (Deleuze; Guattari, 1972, p. 323).

A concepção marxista de ideologia enquanto falso conjunto de representações e idéias que tem como fim o mascaramento da realidade para a manutenção das relações de dominação também é abandonada. Deleuze e Guattari opõem-se à idéia de que haveria um conjunto de representações que encobririam uma essência, de um falso enunciado que encobriria uma verdade, a realidade. Na sua obra há uma recusa aos dualismos, em apreender uma essência que difere de uma aparência. Para Deleuze (1953, 1968) não há uma verdade transcendente, não há uma internalidade diferenciada da superfície, então não haveria uma ideologia que mascara uma realidade, mas sim um conjunto de representações e discursos com efeitos performativos, que produz realidades, relações de poder e subjetividades. Ou seja, o enfoque utilizado não parte de uma lógica transcendente, não entra na ordem do juízo, mas pauta-se no que os fenômenos e acontecimentos produzem, em que se privilegia uma leitura pragmática dos fenômenos sociais ao invés de uma leitura semântica. Fenômeno correlato à questão da ideologia, mas diferente, presente na Esquizoanálise é o que Deleuze (1968) discute por imagem do pensamento, que há imagens pressupostas e formadas que transmitem uma espécie de *doxa* e bloqueiam o próprio pensamento, reproduzindo assim a mesma imagem, formatando e padronizando a subjetividade e o pensamento. Contudo, para o filósofo o pensar seria o contrário, seria o desmoronamento, o desarranjo, o pensar sem imagens.

A questão da positividade e da negatividade é crucial para entendermos a crítica deleuzeana à dialética. Deleuze (1962) afirma que é um erro na operação dialética, colocar um termo como positividade (tese), outro como negatividade (antítese) e um terceiro como superação de ambos, pois o elemento diferencial (considerado como antítese) não necessariamente é o oposto, ou o negativo, da tese e não necessariamente surge um terceiro elemento que “supera” os dois anteriores. Para Deleuze (1968), o pensamento da negatividade remete a uma das maiores injustiças presentes na história da Filosofia, que foi colocar a diferença enquanto negatividade, enquanto oposição e antítese. Para o filósofo a diferença de nenhuma forma é a negação de um termo, a negação do igual, e sim aparece como elemento que difere por si só, por sua singularidade, em que não deve portar o caráter de negatividade e sim de positividade, ou seja, a diferença surge como afirmação de singularidades e não como negação de um elemento, a diferença não se opõe enquanto negatividade a determinado termo. Na compreensão de Deleuze a operação dialética recupera a figura do negativo, além da reduzir a multiplicidade de elementos em jogo a um dualismo de dois pólos opostos. Portanto, ao invés de Deleuze e Guattari recorrerem à dialética, preferem discutir os fenômenos a partir da noção de agenciamentos, numa perspectiva que abarca uma rede de múltiplas conexões que vai além de uma dicotomia e de supostas sínteses.

### **Esquizoanálise no Brasil**

Com o lançamento do primeiro tomo da obra *Capitalismo e Esquizofrenia*, o *Anti-Édipo*, a Esquizoanálise causou uma polêmica no pensamento francês por criticar radicalmente o Estruturalismo em voga e sua “encarnação” na psicanálise francesa: a psicanálise lacaniana. Mas tal controvérsia e interesse do público não duraram muito e não se repetiram no lançamento do segundo tomo, *Mil Platôs*, que não teve a visibilidade e o impacto desejados pelos autores (Dosse, 2010). Trinta anos se passaram e é interessante constatar que a Esquizoanálise influenciou muito menos a Psicologia Social francesa, ao invés da Psicologia Social de outros países, como por exemplo, do Brasil. Alguns pensadores atribuem ao caráter híbrido da cultura brasileira, em que se constitui a partir da bricolagem de caracteres distintos de diversas culturas, a grande receptividade ao pensamento da multiplicidade de Deleuze e Guattari, que não apenas foi disseminado, como também gerou novos frutos.

A Esquizoanálise começou a influenciar a Psicologia brasileira nos fins da década de 1970 e na década de 1980 primeiramente nos campos da saúde mental e da clínica (Rodrigues, 2007), portando uma crítica radical às práticas e políticas instituídas. Dentre os diversos “contrabandistas” que trouxeram esse conhecimento originado na França para o Brasil, podemos citar a psicóloga Suely Rolnik, que trabalhou com Deleuze e Guattari em Paris e o psiquiatra argentino Gregório Baremlitt, que devido à violência de Estado da ditadura argentina optou por migrar para o país vizinho, Brasil.

Rolnik apresenta importantes obras referenciadas na Esquizoanálise publicadas na década de 1980 e também foi a pessoa que recebeu Guattari algumas vezes no país, organizando suas palestras, conferências e entrevistas com uma série de movimentos sociais e populares e com renomados intelectuais brasileiros. Esse mosaico de atividades resultou na publicação conjunta de um livro intitulado “Micropolítica: cartografias do desejo” (1986) e “Guattari entrevista Lula” (1982), quando o esquizoanalista entrevistou a maior liderança operária brasileira, e posteriormente presidente do país (2003-2010), atribuindo-o, na época, a potência de uma máquina de guerra revolucionária. Rolnik também traduziu e publicou a obra “Revolução Molecular” (Guattari, 1987) e é uma das coordenadoras de um importante grupo de pesquisa que trabalha a Psicologia a partir da Esquizoanálise, dando-lhe um enfoque crítico: o Núcleo de subjetividade da PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Baremlitt tem uma longa história enquanto um pensador e militante crítico na área da Psicologia, da psicanálise, da saúde mental e da análise institucional. Na época que era membro-candidato da APA – Associação de Psicanálise Argentina, junto a seu grupo, Plataforma, começou a questionar as práticas instituídas e elitistas da associação psicanalítica. Dentro do ortodoxo espaço de formação e transmissão do pensamento psicanalítico, membros do Plataforma começaram a introduzir “literatura subversiva” dentro da instituição, textos de referência marxista e da esquerda política, e criticavam o posicionamento conservador da APA. Tal crítica e conflito foram tão intensos, que restou ao grupo Plataforma cindir-se da associação, sendo a primeira cisão de uma sociedade de psicanálise motivada por questões políticas (Langer et al., 1973). Anos depois dessa cisão e já no Brasil, Baremlitt progressivamente substituiu suas referências psicanalíticas pelas

esquizoanalíticas na leitura dos fenômenos políticos, sociais e clínicos. Baremlitt após propagar a Esquizoanálise em uma série de cursos e workshops em São Paulo e Rio de Janeiro, estabeleceu-se no Estado de Minas Gerais, onde criou um centro de formação e intervenção clínica e social; o Instituto Félix Guattari, hoje intitulado como Fundação Gregório Baremlitt.

Três décadas depois de ter chegado ao país, a influência da Esquizoanálise na Psicologia brasileira multiplicou, em que temos uma ampla trama de produções. Citaremos a seguir, dentre muitas obras, alguns autores e sua produção plural sobre diversos campos de conhecimento.

Rolnik (1989) continua com lugar de expressão, produzindo e orientando pesquisas de vários temas como a clínica, a estética, a arte e as intervenções urbanas (Borges, 2006). Também do núcleo de subjetividade da PUC-SP, o filósofo Peter Pál Pelbart (2003) tece reflexões sobre política, biopolítica, tempo, loucura, etc.

No Estado do Rio de Janeiro temos uma série de pesquisadores que utilizam e se influenciam por esse enfoque; como Virginia Kastrup e Eduardo Passos com estudos sobre subjetividade (Kastrup; Tedesco; Passos, 2008) e pesquisa e metodologias (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009), Regina Benevides e Barros (2007) sobre psicologia de grupos e instituições, Heliana Conde Rodrigues (2002) sobre história e narrativas, Cristina Rauter et al. (2002) sobre política, direitos humanos, violência de Estado e policial, etc.

Na saúde mental e coletiva Magda Dimenstein (2009) produz e orienta uma série de trabalhos na UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte a partir desse enfoque teórico, tendo orientado inclusive uma tese de doutorado sobre movimentos sociais, no caso, a organização e a amizade no maior movimento rural da América Latina, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Leite, 2008).

Nas discussões de Psicologia e gênero a Esquizoanálise também se configura como grande influência, em que podemos citar o trabalho sobre travestis de William Peres (2005), professor da UNESP – Universidade do Estado de São Paulo.

Mas foi no Estado de Minas Gerais que foi inventada a contribuição mais criativa a partir da relação entre Esquizoanálise e Psicologia: o Esquizodrama. Gregório Baremlitt (2003), a partir dos conceitos trabalhados e inventados na Esquizoanálise criou um campo de aplicação e intervenção social e *clínico* (do *klinamen*, que significa desvio) chamado de Esquizodrama. Pois, se no livro “O que é a Filosofia?” de Deleuze e Guattari (1992), afirma-se que a filosofia é a arte de criação de novos conceitos, para Baremlitt o esquizodrama é arte de criação de novos dispositivos de intervenção, tanto clínicos como sociais, que dramatizam os conceitos da Esquizoanálise. Para o autor, o esquizodrama funciona como um conjunto heterogêneo de estratégias, táticas e técnicas baseadas nesse referencial teórico e que busca atuar sobre os aspectos subjetivos, sociais, semióticos e tecnológicos de seus dispositivos para proporcionar experiências de desterritorialização dos agenciamentos instituídos, para dar circulação e trânsito aos fluxos (psíquicos, corporais, grupais, sociais) codificados, fomentar processos de criação e estéticos, efetuando assim acontecimentos, novos regimes de signos e processos de singularização. Baremlitt (2003) afirma que o esquizodrama opera num paradigma ético-estético-político e secundariamente no paradigma científico, entendendo esse paradigma como dramático, no sentido de dramatizar uma arte, de dramatizar a vida e conceitos filosóficos.

Um dos objetivos do esquizodrama é o protagonismo de seus destinatários, de seus participantes, que nesses processos de afecção, de afetar e ser afetados intensifiquem os agenciamentos e seus encontros para que se desterritorializem as identidades e papéis sociais estratificados, para que as singularidades possam se conectar e atuar como coletividade, conectando o desejo ao social e o social aos processos desejantes, ou seja, atualizando as três tarefas da Esquizoanálise. Para Baremlitt (2003) o esquizodrama objetiva potencializar nos participantes os atos dionisíacos e criadores do pensamento e dos afetos. Tal como na análise institucional (Baremlitt, 2002), os princípios caros ao Esquizodrama são os de promover processos de auto-análise e auto-gestão.

Diante à tamanha e diversificada produção a partir desse enfoque teórico é que nos leva a considerar a emergência de uma nova modalidade de Psicologia Crítica no território brasileiro, bastante heterogênea, mas que parte de uma matriz comum. No próximo tópico iremos apresentar algumas passagens de nosso trabalho como exemplo de pesquisa realizada a partir de uma Psicologia Crítica de base esquizoanalítica.

### **Agenciamentos psicopolíticos: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica**

Em nossa tese de doutorado (Hur, 2009) investigamos um fenômeno recente na história política do Brasil; que foi a chegada de ex-guerrilheiros ao poder do Estado. Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT), tradicional partido da esquerda política, chegou ao poder do país com a vitória eleitoral para a presidência do histórico líder operário Luís Inácio Lula da Silva. Surgiu a expectativa de uma série de mudanças sociais no Brasil, visto que seu Governo foi formado por segmentos sociais que historicamente lutaram pela transformação do país, como lideranças de movimentos sociais e ex-guerrilheiros das décadas de 1960 e 1970, que pegaram em armas para lutar contra o autoritarismo e violência de Estado no período da ditadura militar que perdurou por mais de vinte anos. Contudo, alguma coisa deu errado, as transformações sociais esperadas não ocorreram, colocando em questão a possibilidade de uma mudança levada pela esquerda no poder do Estado. Algumas análises, como a do cientista político Robert Michels (1914), afirmariam que tais lideranças “aburguesaram-se”, identificando-se mais com a classe dominante do que com o proletariado, traíndo assim os princípios de esquerda e de transformação social, visto que atualmente temos ex-guerrilheiros no poder do Estado, que não alteraram sua estrutura e reproduzem a mesma lógica “neoliberal”.

Analisar a mudança das práticas e crenças políticas sob a ótica de um suposto aburguesamento (Michels, 1914), ou de uma cooptação à ideologia dominante, pareceu-nos uma redução do fenômeno, que não elucidava satisfatoriamente nosso problema de pesquisa. Dessa forma nosso objetivo foi investigar a transição das práticas políticas de ex-guerrilheiros do período da ditadura militar brasileira para o período atual, considerando que tais atores sociais adotaram a forma mais radical de ação para a transformação social: a luta armada. Então, entrevistamos quatro ex-guerrilheiros que hoje ocupam distintas posições sociais, que chamamos de Deputado, Economista, Fotógrafo e Jornalista, para aprofundarmos nossa análise em relação ao fenômeno.

Encontramos nas entrevistas que a consolidação da democracia pós-regime militar foi o principal elemento discursivo de justificação da transição das práticas políticas de nossos atores do período da luta armada aos dias atuais de neoliberalismo, da consolidação de uma

democracia que se contrapõe à ditadura e à luta armada. Contudo, compreendemos que “democracia” é um termo polissêmico, é uma palavra-valise (Deleuze, 1969), um significante em que se cabe muitas significações. E mais, não só o agenciamento democrático pode ter diferentes características, diferentes usos e significações dependendo do sujeito, como dentro do próprio discurso de um só sujeito, o agenciamento democrático pode comportar diferentes traços. Dessa forma, a partir das diferenças emergentes nos agenciamentos discursivos de nossos atores sociais, e das reflexões de Deleuze e Guattari, elaboramos-cartografamos três tipos de agenciamentos psicopolíticos dentro do que eles entendem como agenciamento democrático, a saber: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica.

Cabe antes enunciarmos o que é o agenciamento. Para analisar os fenômenos sociais e psíquicos Deleuze e Guattari preferem utilizar o conceito de agenciamento ao invés de noções como inter e trans-subjetividade, dialética, etc. O agenciamento é uma disposição que interconecta elementos heterogêneos fazendo-os funcionar conjuntamente, tal como uma máquina que articula diferentes partes. A partir de Foucault, Deleuze (1989) afirma que o agenciamento articula linhas de poder, linhas de saber e linhas de subjetivação, mas nos “Mil Platôs”, realiza uma teorização mais complexa, sugerindo que o agenciamento dispõe de uma tetravalência (Deleuze; Guattari, 1980), em que, grosso modo, é composto por disposições discursivas (agenciamentos coletivos de enunciação), disposições corporais e espaciais (agenciamentos maquínico-corporais), disposições identitárias (lados territoriais) e disposições que levam a transformações (picos de desterritorialização).

A partir dessa perspectiva elaboramos a noção de agenciamentos psicopolíticos (Hur, 2009), que são modalidades singulares de funcionamento (maquinações) que articulam práticas políticas, discursos, memória e configuração psíquica. Tais processos são distintos e heterogêneos, ou seja, não operamos uma redução entendendo que há um núcleo comum, coerente, que estrutura e homogeneiza esses diferentes processos de distintas materialidades, mas sim, que co-funcionam da uma maneira comum articulados por determinado agenciamento. Por exemplo, o discurso tem uma materialidade distinta do psiquismo do sujeito e de suas práticas políticas, no entanto, essas distintas materialidades podem estar articuladas por um mesmo agenciamento, uma maquinaria que faz a ligação entre os elementos heterogêneos e que os fazem co-funcionar juntos, ou seja, supomos que a maquinaria experiencial do sujeito, seu campo transcendental (Deleuze, 1969), está conformada de acordo com sua articulação a esses diferentes processos. Portanto, ao invés de partir da noção de uma ideologia que sobrecodifica as práticas políticas de nossos atores sociais, utilizamos esta noção de agenciamentos psicopolíticos para a investigação, de como funcionam os diferentes mecanismos e agenciamentos que se referem às suas práticas políticas.

Consideramos que esses três agenciamentos elaborados, estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica, são as formas de funcionamento do pensar, do agir e do expressar político que encontramos nos discursos de nossos atores sociais, sendo constituintes da configuração psíquica do sujeito e de suas ações políticas, conforme nosso entendimento acerca do campo experiencial formado entre sujeito e mundo (Deleuze, 1969). Dessa forma compreendemos que não são discursos que se reduzem a indivíduos, são impessoais, transversalizam os sujeitos, visto que são gerados através de distintas posições sócio-históricas, de distintas posições de enunciação. Cada um dos agenciamentos propostos

adota perspectivas distintas sobre a ação política, sendo um esquema de operação e estando presentes nas falas de todos nossos entrevistados, a partir de como se concebe a prática política democrática, ou seja, cada ator social não possui somente um desses agenciamentos em seu discurso, podendo estar até mesmo os três presentes em seu relato, na forma em que estruturam o seu pensar e fazer político. Percebemos que ao invés de uma relação de exclusividade de uma modalidade de agenciamento para cada ator, existe uma tendência de maior frequência de determinado agenciamento psicopolítico para cada um, por exemplo, Economista estrutura sua experiência predominantemente a partir do agenciamento tecnopolítico, mas também há trechos de sua fala em que estrutura através dos outros dois agenciamentos, ou seja, tais discursos estão entrelaçados.

A estratopolítica é o agenciamento psicopolítico que tem como primazia os processos de institucionalização, ou seja, é um exercício político que se baseia em estruturas, em estratos, em lugares e posições que se ocupa dentro dessa estrutura, numa prática que valoriza mais o instituído e o estrato, do que o instituinte, o fluxo e o movimento, mais os resultados do que o processo, respondendo mais a uma lógica do ser e do estado de coisas, do que pela lógica do devir. Caracterizamos a estratopolítica como a política que valoriza a Instituição, a tomada e ocupação de posições, os movimentos de fixação, é aquela que as correntes majoritárias da esquerda historicamente estão implicadas, que é na constituição de um partido revolucionário, ou reformista, de uma pequena direção de vanguarda que vai operar a revolução, ou a vitória eleitoral, para tomar e ocupar o poder do Estado. O discurso do Deputado está majoritariamente articulado pelo agenciamento estratopolítico, em que sua prática política e desejante está organizada pela determinância dos estratos, das instituições e do Estado para fomentar as mudanças sociais.

Nas entrevistas encontramos um segundo tipo de agenciamento que não corresponde mais ao movimento de fixação nos estratos, não corresponde mais a primazia de ocupar determinados lugares institucionais, determinadas posições na estrutura. Nesse outro agenciamento, ao invés da função estratégica de ocupar lugares sociais para realizar práticas políticas, focaliza-se mais no desenvolvimento de saberes, no desenvolvimento de técnicas, que fomentam uma governabilidade mais eficaz do social, enfim, há todo um desenvolvimento de uma tecnologia da política, de uma tecnologia de governabilidade, que conforma outra lógica de processos políticos frente às práticas estratopolíticas, que chamamos aqui de tecnopolítica. O discurso tecnopolítico é o agenciamento que apareceu como justificação do trânsito da luta armada para a democracia e aparece em toda fala de Economista e também em alguns trechos da fala de Fotógrafo. Tal reflexão que realizamos é tributária das postulações de Michel Foucault (1979, 2008) sobre uma lógica da governamentalidade, a qual desloca o foco da questão de quem ocupa ou não o estrato do Estado, para a questão de como os conhecimentos desenvolvidos e aplicados por técnicos e pensadores sociais geram governabilidade. E como a questão hoje em dia de qualquer governo refere-se prioritariamente à gestão dos fluxos financeiros, à maquinação sobre o axioma do capital, compreende-se que o desenvolvimento de uma tecnologia de gestão do governo e dos fluxos econômicos, uma tecnopolítica, ganhe força mediante uma estratopolítica. Deste modo, entendemos a tecnopolítica como o agenciamento político calcado nos conhecimentos e dispositivos elaborados pelas instituições sociais para a melhor gestão da economia, do governo, enfim, da sociedade. Dessa forma não há mais a primazia de determinadas formas de poder e de instituições sociais tradicionais na política, mas sim nos conhecimentos desenvolvidos pelas instituições e pelos coletivos sociais que

possam promover uma gestão da vida mais eficaz, independente das ideologias políticas que determinado governo possa adotar. Então ela é desenvolvida a partir da racionalização dos processos sociais, da gestão social e, principalmente, da gestão dos fluxos financeiros, axiomatizados pelo Capital. O que importa não é mais uma prática política guiada por determinados repertórios ideológicos, e sim por uma política “pragmática” que resulte no desenvolvimento das melhores ferramentas que constituam o conjunto da tecnologia social e que são operadas pelos tecnólogos sociais, pelos tecnólogos da política, pelos tecnopolíticos. Então uma decisão política não será apenas guiada por valores e questões ideológicas e de plataforma política, mas principalmente pelos índices de eficácia social que a tecnologia da política tenha mensurado, medido e previsto. Portanto, mais que a opinião de assessores, ideólogos, ou de figuras políticas tradicionais, o que toma maior relevo é o resultado de determinada medida estatística, a avaliação do impacto social de determinada política pública, o resultado de determinado *survey*, enfim, a tecnopolítica se funda em todo um cabedal de conhecimentos e dispositivos técnicos que criam fórmulas e axiomas para que as ações da gestão social possam ser mais eficazes, ou seja, ao invés de seguir uma lógica do verbo “ser”, característica da estratopolítica, na tecnopolítica temos a primazia do verbo “saber”.

Além da estratopolítica e da tecnopolítica encontramos outro agenciamento que não se adequa a estes dois, numa modalidade de funcionamento que não objetiva se fixar em posições sociais, ou nos estratos institucionais e nem no desenvolvimento de uma tecnologia política; deparamo-nos com um agenciamento fugidio, fluido, inconstante, que atua na primazia dos movimentos e dos deslocamentos, numa prática mais autônoma, fluida e molecular. Ao referir-se às práticas políticas transmite-se a experiência a partir dos movimentos, das relações de força, dos caminhos e afetos, sem atribuir primazia aos estratos, conforme a estratopolítica, ou aos saberes, conforme a tecnopolítica. Encontramos esse agenciamento em trechos da fala de Jornalista e Fotógrafo. Por considerá-lo semelhante aos movimentos de deslocamento dos nômades, optamos por denominar esse terceiro agenciamento de nomadopolítica. É como se houvesse um olhar de fora, a partir de um lugar de estrangeiridade, de uma aliança com um distanciamento, em que se conta a trajetória dos fluxos e dos movimentos numa lógica magmática-rizomática.

A nomadopolítica procede pelas bordas, pelos movimentos das multidões, dotado de uma agitação e movimentação relativa ao que Guattari (1987) chama de dimensão molecular. Por se calcar no movimento, entendemos que está mais próximo dos fluxos do que dos estratos, da lógica do devir do que da lógica do ser ou do saber, do que é instituinte do que é instituído, da desterritorialização do que da (re)territorialização, da lógica dos nômades do que da lógica dos sedentários, enfim, das linhas de fuga ao invés das linhas de segmentaridade rígida; uma política nômade. A nomadopolítica está comprometida com o movimento e com a utopia ativa e não com os pontos de parada e a fixação ao poder. A questão nomadopolítica corresponde aos movimentos de desterritorialização, de fazer os fluxos fluir, tal como Deleuze e Guattari (1977) desenvolvem: “Como diz Kafka, o problema não é o da liberdade, mas o de uma saída. A questão do pai não é como tornar-se livre em relação a ele (questão edipiana), mas como encontrar um caminho justamente onde ele não encontrou” (p.16), ou seja, a problemática da liberdade refere-se a uma lógica dos estratos, libertar-se dos estratos opressores, enquanto inventar uma saída refere-se a um registro de desterritorialização, de devir outra coisa, como o “herói” kafkiano Gregor Samsa, que se reinventa como um inseto, metamorfoseia-se em barata num devir-animal.

Na nomadopolítica o “herói revolucionário” não é mais representado pela figura clássica do Fausto de Goethe, símbolo da classe operária (Deleuze; Guattari, 1977, p. 79), que faz um pacto com o demônio, Mefisto, causando o mal para objetivar o bem, figura emblemática estratopolítica do político pactuando com o Leviatã, mas sim de um herói impessoal e anônimo como Gregor Samsa que se metamorfoseia, que se transmuta, que foge. E seguimos Deleuze, que defende que a fuga não é passiva e nem é uma fuga da vida:

Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga (...) É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vaziar como se fura um cano. George Jackson escreve de sua prisão: “É possível que eu fuja, mas ao longo de minha fuga, procuro uma arma” (...) Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia (DELEUZE, 1998, p.49) (...) Fugir, porém, ao contrário, é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma (DELEUZE, 1998, p.62).

Tendo em vista que os agenciamentos propostos referem-se a mecanismos de operação, de funcionamento, não são redutíveis às ideologias. Estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica não podem ser reduzidos às ideologias do comunismo, da social-democracia e da anarquia, respectivamente. Por mais que em teoria possam apresentar elementos correlatos, um não pode ser associado diretamente ao outro, pois, por exemplo, um social democrata pode funcionar de uma forma estratopolítica, agarrando-se e dando primazia às posições institucionais conquistadas; um comunista pode operar de forma nomadopolítica, não se submetendo à ortodoxia e hierarquia do partido; um anarquista de forma tecnopolítica, em que suas ações se dão por um acúmulo de saber, e não por seguir determinada ideologia de seu coletivo, etc. Da mesma forma que W. Reich (1988) discorre sobre a coexistência dos investimentos revolucionário e conservador, seja na burguesia ou no proletariado, consideramos que esses três agenciamentos coexistem independentes do regime político e da ideologia, por exemplo, podemos encontrar esses agenciamentos tanto na esquerda, como na direita política. Compreendemos que pensar na modalidade de regimes comunista, social-democrata e anarquista põe em relevo mais as ideologias e os conjuntos de idéias, enquanto pensar nos agenciamentos que propusemos; estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica, coloca a questão na análise do funcionamento das práticas concretas, assumindo assim uma perspectiva pragmática.

Então, tiramos das ideologias políticas o papel de protagonismo que usualmente assumem nas análises sociais. As ideologias podem até se conectar-colar aos agenciamentos, mas mesmo assim assumem importância secundária, pois muitas vezes a prática política de um gestor pode ser completamente distinta de sua plataforma política e ideológica. Consideramos assim, que o fator determinante para as práticas políticas é a modalidade de agenciamento operante e não o sistema de idéias políticas, o qual constantemente é transgredido. As ideologias são conjuntos de idéias que servem como referência política, mas que não têm eficácia quando não estão conectadas a um agenciamento que concretize suas idéias. O filósofo M. Foucault traz um ótimo exemplo disso, quando afirma que o socialismo não tem uma razão governamental, uma governamentalidade autônoma, que concretize seus ideais, não há uma governamentalidade socialista “oculta” em seus enunciados, sendo ainda necessário criá-la. Dessa forma, historicamente se conectou a um modo de gestão, a uma lógica de governo, liberal (2008, p.125). E o que toma determinância nessa conexão; o conjunto de ideais ou as práticas

assumidas? Nessa conexão, a nosso ver, as práticas liberais de gestão e normatizadoras do Estado assumem maior determinância e eficácia do que as ideologias defendidas; as práticas produzem maiores efeitos que os ideais, os agenciamentos têm primazia sobre as ideologias. Por isso que preferimos colocar a questão em termos de agenciamentos, práticas e posições de enunciação, pois entendemos que trabalhar a partir do funcionamento dos esquemas de ação, de pensamento e investimento desejante pode ser mais elucidativo do que trabalhar sobre os distintos regimes de enunciados. É como se trabalhássemos mais com uma lógica do “verbo”, do que do “substantivo”, mais uma “dinâmica”, do que uma “estática”.

Concluimos nossa pesquisa (Hur, 2009) corroborando com as reflexões de Deleuze e Guattari de que a esquerda no Governo atua numa fixação à Instituição-Estado, tendo um maior compromisso com a ocupação de lugares na estrutura institucional do que com o fazer político transformador, ou seja, atua predominantemente de forma estratopolítica e não nomadopolítica. Então, para manter-se no poder estabelece alianças políticas em que se deve reproduzir as práticas capitalistas. Constatamos também que a tecnopolítica está assumindo cada vez mais importância na gestão da vida, em que as ideologias políticas passam a perder espaço para o discurso técnico de melhor gestão do social, sendo um agenciamento conectado à axiomática do capital. A incidência do discurso nomadopolítico nas entrevistas realizadas foi menor que a dos outros, mas não é por isso que é menos importante, ou que pode ser desprezado, pois expressa uma linha de fuga nas práticas políticas institucionalizadas, podendo assim portar novas possibilidades de vida. Portanto, consideramos que as práticas políticas adotadas pela esquerda política no Governo do país não são transformadoras não apenas por uma identificação à classe dominante ou a uma adesão ideológica ao Capital, mas sim devido ao desenvolvimento de agenciamentos psicopolíticos, autônomos aos ideais de esquerda, que funcionam em conformidade à lógica neoliberal.

### **Considerações finais**

Nesse artigo discutimos como a Esquizoanálise influenciou a emergência de um enfoque de Psicologia Crítica no Brasil. Primeiramente apresentamos alguns operadores conceituais que nos permitem outra análise sobre os fenômenos políticos, em que discutimos a relação entre processos políticos e psiquismo e a crítica a conceitos tradicionais do marxismo, como ideologia, conflito de classes e dialética. Em seguida apresentamos como essa perspectiva desenvolveu-se no país, dando ênfase à invenção do Esquizodrama, por G. Barembliitt. E para finalizar trouxemos um exemplo de uma pesquisa nesse enfoque crítico, em que discutimos um acontecimento político contemporâneo no Brasil em que elaboramos os conceitos de estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica a partir do conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari.

Consideramos que a produção do que chamamos de Psicologia Crítica de enfoque esquizoanalítico no Brasil rompe com conceitos tradicionais na Psicologia Crítica brasileira, do marxismo, e também da psicanálise, ao adotar uma perspectiva mais pragmática do que semântica nas leituras dos processos psicossociais, privilegiando assim o funcionamento ao invés de uma suposta “substância” de determinado acontecimento. Tal aspecto é observado na pesquisa citada, em que as práticas políticas são apreendidas no

funcionamento dos agenciamentos e não na adesão a determinada ideologia ou conjunto de idéias.

Outra positividade desse enfoque é a articulação entre processos sociais e psíquicos, em que não há uma determinância da estrutura social para a constituição do sujeito, tal como nas abordagens mais sociológicas, como também não há uma determinância do psíquico, tal como a psicanálise supõe. Sustentamos que os agenciamentos psicopolíticos propostos encontram-se nessa interface entre psíquico e social, considerando os investimentos desejantes e os processos políticos, sem cair num psicologismo do social, ou num sociologismo do psíquico. E ao considerar tal articulação entre investimentos desejantes e políticos, tal enfoque posiciona-se não como adaptação às normas e padrões majoritários, mas sim no território do instituinte, da transgressão, da insubordinação, da insurreição, enfim, da criação.

No entanto essa área ainda está em constituição, em que seus pesquisadores encontram-se bastante dispersos no país, não havendo uma troca e produção de conhecimentos mais substantiva, do ponto de vista coletivo.

### **Referências bibliográficas**

- Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baremlitt, G.F. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras práticas: Teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.
- Baremlitt, G.F. (2003). *Diez proposiciones descartables acerca del esquizodrama*. (mimeog.).
- Barros, R. D. B. (2007). *Grupo: a Afirmação de um Simulacro*. Porto Alegre, RS: Sulina/Ed UFRGS.
- Borges, F.M. (2006). *Domínios do demasiado*. Dissertação de mestrado, Programa de Psicologia Clínica, PUC-SP, São Paulo/SP.
- Brasil. Lei 4119 de 27 de agosto de 1962.
- Carvalho, J. E. C. de; Dunker, C. I. L. (2006). “Critical Psychological Approaches in Brazil: When, where, why”. *Annual Review of Critical Psychology*, 5, pp. 305-312.
- Deleuze (1953/2001). *Empirismo e Subjetividade: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze (1962/1976). *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural.
- Deleuze, G. (1965/1999). *O bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. (1968/2006). *Diferença e Repetição*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (1969/2003). *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G. (1989) “Qu'est-ce qu'un dispositif?” Em: *Michel Foucault philosophe*. Rencontre internationale. Paris 9, 10, 11 janvier 1988. Paris, Seuil.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1972/1976). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.

- Deleuze, G.; Guattari, F. (1972/1977). *The Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. New York: Viking Press, 1977.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1977). *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1980/1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 1 a 5. São Paulo, 34.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1992). *O que é a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G.; Parnet, C. (1987). *Diálogos*. New York: Columbia University Press..
- Dimenstein, M. (Org.) (2009). *Produção do conhecimento, agenciamentos e implicação no fazer pesquisa em Psicologia*. Natal/RN: EDUFRN.
- Dosse, F. (2010). *Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia cruzada*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault M. (2008). *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guattari, F. (1982). *Félix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (1987). *A Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Hur, D.U. (2009). *Discursos do trânsito da Guerrilha ao Estado Neoliberal: Estratopolítica, Tecnopolítica e Nomadopolítica*. São Paulo, 423 p. Tese de doutorado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27112009-103453/pt-br.php>.
- Kastrup, V.; Tedesco, S.; Passos, E. (2008). *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Lane, S. T. M., Codo, W. (orgs.) (1986). *Psicologia Social: o Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Langer, M. et al. (1973). *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite, J. F. (2008). *A Militância em movimento: amizade e maquinação de modos de existência no MST*. Tese de doutorado, Programa de Psicologia, UFRN, Natal/RN.
- Macedo, J.R.; Maestri, M. (2004). *Belo Monte: Uma história da guerra de canudos*. São Paulo: Expressão Popular.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Ed. Trotta.
- Michels, R. (1914/1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UNB.

- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Negri, A. (1995). Prefácio. Em: Deleuze, G & Guattari, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol. 2. São Paulo: 34.
- Passos, E., Kastrup, V., Escossia, L. (2009). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina.
- Pelbart, P.P. (2003). *Vida capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Peres, W.S. (2005). *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma História da Psicologia no Brasil. Psicologia. Em: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Rauter, C., Passos, E., Benevides, R. (2002). *Clínica e Política*. Rio de Janeiro: Te Corá.
- Reich, W. (1988). *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rodrigues, R.N. (1939). A Loucura epidêmica de Canudos. Em: *As Coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rodrigues, H.B.C. (2002). *No rastro dos “cavalos do diabo” - Memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil*. Tese de doutorado, Programa de Psicologia Escolar e do desenvolvimento humano, USP
- Rodrigues, H.B.C. (2007). “Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a Psicologia através da Análise Institucional”. Em: Ana Maria Jacó-Vilela; Arthur Arruda Leal Ferreira; Francisco Portugal. (Org.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, p. 515-563.
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.